

Índice

A revolta dos “filhos do papá”	1
“La crisis existencial de Europa”	3

A revolta dos “filhos do papá”

Passados cinquenta anos do “Maio francês” e dos restantes acontecimentos similares de 1968, o que mais interessa é compreendê-los e avaliar o rasto que deixaram até hoje. Podem ser interpretados como uma revolta, mas não tanto de excluídos quanto de pessoas bem instaladas na vida, que trouxe uma grande mudança social estabelecendo uma liberdade mais hedonista do que heroica.

A tendência inata de simbolizar, própria do ser humano, é feita de mil maneiras, pela própria natureza do *símbolo*, que encerra sempre uma grande riqueza de significado, impossível de desagregar analiticamente de modo exaustivo. Isso sucede com o Maio de 68, cuja descrição histórica seria inacabável se tentássemos relatar aquilo que em torno desse ano aconteceu, mas que convertido em símbolo não resulta descritivamente inabordável – pois ele é a unidade de aspetos *significativos* – embora sim, inesgotável, na riqueza do seu significado.

Portanto, resta à responsabilidade de quem se ocupa do Maio de 68, tentar que a sua simbolização se ajuste o melhor possível tanto aos factos como ao que eles significam. Pode-se usar aqui a famosa tese hegeliana da “astúcia da razão”, a qual realiza na História o que os próprios protagonistas desconheciam ou mal sabiam.

Muito foi escrito sobre o Maio de 68 e, como costuma acontecer, com interpretações diversas, embora neste caso, em geral, bastante próximas. Os acontecimentos de 1968, simplesmente enquanto tais, são mero objeto de descrição,

mas consideramo-los históricos na medida em que lhes ligamos um significado, e é nele que encerramos a nossa interpretação.

Que nos dizem eles? Por um lado, que as circunstâncias tornaram possível que uma filosofia configurasse mais profundamente uma sociedade; por outro, que essa nova configuração propiciou o que veio mais tarde. E estes são os aspetos que vamos abordar de seguida.

Na corrente revolucionária

Em primeiro lugar: que ligação significativa tem 1968 com o passado? Na minha maneira de ver, foi mais um passo na implantação histórica das ideias da Revolução de finais do século XVIII. Alguns autores negaram o carácter revolucionário dos acontecimentos de 1968, pois – segundo eles – qualquer revolução é *violenta* e procura alcançar o *poder político*, traços ambos que em pequena medida se podem aplicar ao nosso objeto de estudo. Gerou-se pouca violência – embora ela tenha existido, nos EUA, em Paris, em Praga, etc. –, e não havia esperança séria de conseguir uma mudança de atores políticos a curto prazo – embora em alguns lugares, como em Praga, ela tenha existido, mas por pouco tempo.

Todavia, do ponto de vista da “corrente da história”, da astuta razão histórica, 1968 foi um avanço claro na linha do desenvolvimento do iniciado politicamente, em 1776, nos EUA e, em 1789, na França. Mais ainda: a proximidade intelectual, moral e política dos movimentos “dos anos 60” nos EUA e França mostraram que a tão repetida tese da diferença entre a Revolução americana de 1776 e a francesa de 1789 não o foi de fundo, mas apenas na forma de se realizar, devido à

diferença de ambas as sociedades naquele momento histórico.

E o fundo é claro: a primazia revolucionária da *liberdade*, entendida como total autonomia independente, implica igualdade social, dado que qualquer desigualdade ameaça o exercício desse tipo de liberdade. Com efeito, um *desigual superior* é uma ameaça para a liberdade do inferior. Mas como a liberdade completa de cada um gera personalidades muito diversas e com diferente poder, o problema essencial e constitutivo da democracia foi, era-o em 1968 e continua a ser, como combinar liberdade e igualdade.

Crise da sociedade tradicional

Essa combinação resultava, além disso, particularmente difícil numa época em que a família, as corporações, a Igreja e uma estrutura económica fixa e hierarquizada ainda tinham um grande poder. Por isso, a filosofia democrática foi cristalizando só pouco a pouco, de maneira desigual nos tempos e nos países, nas esferas política, jurídica e económica, sempre debaixo da tensão liberdade-igualdade.

Onde, todavia, avançou mais rapidamente foi na esfera cultural. O primeiro lugar onde o tradicionalismo começou a perder força foi neste campo. E isso deveu-se à interligação de fatores adversos: a indústria e o comércio começam a alterar as condições económicas da vida; o Estado impõe cada vez mais o ensino "laicista"; e a Igreja – embora mais tarde – perde vigor. As novas condições económicas dificultam a vida familiar; o ensino estatal difunde a crítica às instituições clássicas, nomeadamente o casamento indissolúvel, a autoridade e a religião; a própria Igreja, a partir sobretudo dos anos 30 do século XIX, começa a sofrer a reivindicação interna dos "modernistas".

Consequentemente, as colunas da sociedade clássica – família, centros de ensino religiosos e Igreja – vão pouco a pouco desmoronando-se, para dar lugar progressivamente a uma sociedade que pretende ser plenamente livre e igual. Ora, 1968 simboliza um novo passo – e muito profundo – nessa direção. E isso realiza-se, porque nos anos próximos dele houve uma forte intensificação dos fatores que, combinados, eram desde o início a condição imprescindível para o desenvolvimento das novas ideias.

Fatores de mudança

O primeiro é a *riqueza*. Sem instrumentos para a exercer, a liberdade é uma mera palavra, a não ser que se trate de pura liberdade "interior", mas não existe interioridade sem *amor verdadeiro*, e este é incompatível com a total independência autónoma. A democracia nunca se propôs este tipo de liberdade. A verdade é que, no decorrer dos anos 60, o

Ocidente conhece um crescimento espetacular e muito rápido da riqueza.

O segundo é a *mobilidade*, física e psicológica. Por um lado, cresce a capacidade de transporte rápido e para lugares longínquos, juntamente com um tipo de trabalho móvel e em mutação; por outro, aumenta imenso a quantidade e variação de dados que chegam a todas as pessoas, tanto pela grande expansão do número dos que estudam alguma coisa, como pelo aparecimento da televisão e a multiplicação de meios de comunicação. Tudo isso amplia o espaço físico e psíquico, o que facilita a liberdade.

O terceiro, juntamente com os dois anteriores, é a progressiva *rapidez* da mudança – e mais ainda – da sensação psicológica de mudança, em todos os planos da vida. Diminui assim a capacidade de "fixar" a própria vida e a sua forma externa, o que aumenta o sentido de viver em liberdade.

O quarto é a comercialização em grande escala da *pílula anticoncepcional*, que acabou com o conceito clássico de "classe média" como "classe da responsabilidade". Só os muito ricos ou os muito pobres tinham frequentemente filhos fora do casamento. A classe média não os podia pagar nem justificar socialmente. Ela era assim guardiã da família e da moral pública. Tudo isso se desmoronou com a pílula. Ora, como escreve já Aristóteles, a democracia é impossível sem classe média, o que faz com que 1968 tenha de empurrar para uma nova visão daquela, que não podia ser outra a não ser a anarquista: todos somos iguais porque todos somos ricos.

O quinto é a *crise do Concílio Vaticano II*. Não é por acaso que ele tenha terminado quase em 1966, e está bem comprovado em concreto o papel de ambientes ligados ao clero na preparação dos acontecimentos de 1968. Sobretudo, o "pós-concílio", onde se pretendeu modernizar e, portanto, democratizar em definitivo a Igreja, contribuiu de maneira decisiva para enfraquecer as três colunas da sociedade clássica: família, centros religiosos de ensino e Igreja.

Este enorme enfraquecimento foi utilizado sem demora pelo marxismo, que abriu o famoso diálogo cristão-marxista, com boas consequências para o marxismo. No entanto, este último não teve papel predominante em 1968, com a exceção latino-americana.

Liberdade de ricos

Com efeito, esta revolução foi a primeira historicamente relevante feita pelos "filhos do papá", pelos "meninos bonitos". Nos EUA, na Europa e, inclusivamente, na Checoslováquia, país rico do bloco soviético. Em Espanha, por exemplo, o exemplo mais divertido disso foi a rua Ramón de la Cruz (Madrid), rebatizada pelas pessoas dos anos 60 como

“Moncho Street”, lugar onde se vendia aos jovens revolucionários, roupa de aspeto pobre a preços muito superiores à mesma sem esse aspeto.

Mas ao jovem livre e rico interessa-lhe a liberdade total, não a disciplina marxista. Se, além de livres temos de ser iguais e, inclusivamente, libertar-nos da cansada rotina da vida burguesa – que impõe, além disso, subordinações, entre outras, de *estilo* –, o que temos de organizar são *comunhas*, se possível campestres, onde todos somos iguais, simpatizamos ternamente e fazemos o que nos dá na real gana. Claro está que, escondidos por detrás das árvores, encontram-se os *jeeps* herdados do e pagos pelo papá, que servem para ir comprar alimentos e medicamentos quando forem necessários.

Na América Latina, foi um pouco diferente, porque a riqueza era muito menor, a sociedade mais tradicional, e o pós-concílio mais marxista ainda do que na Europa ou nos EUA.

Os acontecimentos de 1968 foram um fracasso a curto prazo, mas o seu triunfo a médio prazo foi espetacular. A cultura no Ocidente mostra-o: a família matrimonial e a Igreja perderam a sua força social em grande parte. O ensino é “modernista” por todo o lado, até em muitos dos colégios de religiosos que ainda subsistem. Os costumes são totalmente permissivos. E embora a igualdade continue a ser um assunto pendente de completar, foi conseguido já algo muito relevante para o conseguir: expandir por toda a parte um estilo de viver, de vestir, de falar, de atuar, igualado por baixo, isto é, sem estilo.

R. A.

“La crisis existencial de Europa”

Autores: César Molinas, Fernando Ramírez Mazarredo Deusto. Barcelona (2017).
238 págs.

Para tomar o pulso de uma empresa, é sempre importante conhecer o seu passado, o seu presente e o seu futuro. Este exercício imprescindível é o que os economistas César Molinas e Fernando Ramírez, autores de “La crisis existencial de Europa”, praticam com a União Europeia.

O quadro do livro é muito amplo e, evidentemente, não é possível analisar todos os temas em profundidade. Estudar o desenvolvimento do individualismo desde a Idade Média, debater o pensamento político iluminista, o pacto social europeu, a construção da UE ou a política sobre os refugiados exige um maior espaço. Mas o objetivo do livro é concreto: os

autores desejam lutar contra o desânimo na Europa e combater o populismo. Para eles, embora sejam necessárias reformas, estamos no melhor momento da história da União.

As propostas de Molinas e Ramírez baseiam-se no pensamento de Salvador de Madariaga, e na análise de vários documentos, como o de 2015 dos presidentes das instituições comunitárias, ou o de Federica Mogherini sobre a estratégia da UE em política externa e segurança. Os autores recomendam, entre outras coisas, dedicar os fundos estruturais à melhoria da empregabilidade e do capital humano, estabelecer um tesouro europeu com capacidade de endividamento, uma maior integração na defesa e criar um corpo policial da UE.

Para estes economistas, “o défice de explicação política e de educação da cidadania no processo de construção da UE foi muito grande”, pelo que a perceção da legitimidade dos organismos europeus é baixa. Por isso, surgiram também os populismos (ver “[Aceprensa](#)”, 7.3.2018), ao ponto de “ameaçarem a existência da União”. Mas as instituições comunitárias contam com uma legitimidade que emana do quotidiano dos europeus. Todavia, preconizam fomentar um sentimento de pertença à Europa que não rivalize com as identidades nacionais.

Estamos num momento, além disso, no qual o pacto social do século XX entrou em crise e o capitalismo de mercado “mete água por todo o lado”. Segundo Molinas e Ramírez, as causas são as mudanças demográficas, a globalização, a digitalização, o fim da Guerra Fria e a imigração. Mas insistem em que o projeto europeu, apesar de tudo, é a história de um sucesso.

O foco da obra talvez seja excessivamente económico, tendo em conta que se refere à crise existencial da União Europeia, à sua alma. Exige, isso sim, alguns conhecimentos sobre a UE e também uma certa bagagem cultural para entrar em diálogo com algumas das posições intelectuais dos autores.

C. G. P.

